



13 DE FEVEREIRO DE 2019

Quarta-feira

- **CURSO: FUNDAMENTOS DA INDÚSTRIA 4.0 – “CASOS PRÁTICOS”**
- **MICROSOFT FARÁ CURSOS GRÁTIS NO SISTEMA S**
- **SENADO APROVA ACORDO TRIBUTÁRIO ENTRE O BRASIL E A DINAMARCA**
- **TEXTO DA PREVIDÊNCIA ESTÁ PRONTO E É DIFERENTE DE MINUTA VAZADA À IMPRENSA, DIZ MARINHO**
- **COTADO PARA PRESIDIR COMISSÃO DA PREVIDÊNCIA QUER SUSPENDER REFIS POR 5 ANOS**
- **FIM DA ‘PEJOTIZAÇÃO’ É ESPERADO EM REFORMA**
- **SENADORES PROPÕEM QUE SALÁRIO MÍNIMO EM 2019 SEJA DE R\$ 1.006, COMO ESTIMOU CONGRESSO**
- **REFORMA PREVÊ IDADE MÍNIMA DE 57 E 62 ANOS**
- **MOURÃO: REFORMA DEVE ATINGIR A TODOS, PARES E ÍMPARES, NINGUÉM PODE FICAR DE FORA**
- **DEFINIÇÃO SOBRE IDADE MÍNIMA NA REFORMA DA PREVIDÊNCIA SERÁ DE BOLSONARO**
- **MAIS DE 60% DOS TRABALHADORES ESTÃO NO MERCADO INFORMAL, DIZ OIT**
- **‘CHOQUE DE REALIDADE’ ALCANÇA GOVERNO FEDERAL**
- **GREVE CONTRA PRIVATIZAÇÃO É ABUSIVA, DIZ TST**
- **VAREJO AVANCA 2,3% EM 2018; VENDAS DO SETOR RECUAM NO MÊS DO NATAL**
- **APLICAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS AVANÇA 8,1% EM 2018 E ATINGE R\$ 1,83 TRILHÃO**
- **BB SEGURIDADE PROJETA CRESCIMENTO ENTRE 5% E 10% NO LUCRO PARA ESTE ANO**
- **VOLVO ANUNCIA INVESTIMENTO DE R\$ 250 MILHÕES EM FÁBRICA DE CAMINHÕES NO PARANÁ**

- **TOYOTA CONFIRMA PRODUÇÃO NACIONAL DE CARRO HÍBRIDO FLEX A PARTIR DESTE ANO**
- **FORD VAI TESTAR ÓCULOS DE REALIDADE AUMENTADA PARA AJUDAR NO CONCERTO DE CARROS**
- **VENDAS DE VEÍCULOS SOBEM 15,1% EM 2018, MAIOR ALTA EM 11 ANOS, DIZ IBGE**
- **TOYOTA PROJETA NOVO CRESCIMENTO APÓS REGISTRAR MELHOR ANO NO BRASIL**
- **RENAULT MANTÉM GHOSN COMO DIRETOR DO GRUPO FRANCÊS**
- **HENGST AMPLIA CAPACIDADE PARA A PRODUÇÃO DE FILTROS NO BRASIL**
- **PETROBRAS MANTÉM SEM ALTERAÇÃO PREÇO MÉDIO DA GASOLINA NAS REFINARIAS**
- **EFEITO VALE PÕE EM RISCO 14% DA PRODUÇÃO DE FERRO DO PAÍS**

CÂMBIO EM 14/02/2019		
	Compra	Venda
Dólar	3,734	3,735
Euro	4,218	4,221

Fonte: BACEN

Curso: Fundamentos da Indústria 4.0 – “Casos Práticos”

13/02/2019 – Fonte: SINDIMETAL /PR



Fundamentos da Indústria 4.0
"Casos Práticos"
De 11 a 22 de março de 2019

Local: PUCPR - Escola Politécnica
Rua Imaculada Conceição, 1155
Prado Velho - Curitiba/PR

O movimento chamado de Indústria 4.0 é reconhecido como sendo a 4ª Revolução Industrial. Mais que um movimento revolucionário, é possível afirmar que a Indústria 4.0 é uma Arquitetura de Referência que prevê a utilização da automação industrial com integração horizontal e vertical da informação. Com isso, as empresas observam um aumento da sua capacidade de resposta, eficiência e qualidade. Pensando em familiarizar os profissionais das empresas com as tendências e as tecnologias requeridas pela indústria 4.0, o SINDIMETAL/PR, em parceria com a PUCPR, oferece o curso com o seguinte programado:

Conteúdo Programático:

I. Desmitificar a Indústria 4.0
II. Introduzir a parábola da inovação e de tecnologias
III. Apresentar o conceito de produto e produção inteligentes
IV. Apresentar os conceitos de cultura para inovação com foco na Indústria 4.0 *
V. Apresentar o processo de transformação digital para a Indústria 4.0 *

* Estes módulos serão compostos, também, de palestras com players de referência no mercado.

Investimento:

3 parcelas de R\$332,00 para inscrições até 14/02/2019
3 parcelas de R\$566,00 para inscrições até 31/01/2019
3 parcelas de R\$384,00 para inscrições até 28/02/2019

Valores exclusivos para empresas associadas

Carga horária 24h - (segundas, quartas e sextas-feiras, no horário das 18h30 às 22h30).
Incluso: Welcome Coffee, lanche e acesso aos sistemas acadêmicos da PUCPR e ao Ambiente Virtual de Aprendizagem BLACKBOARD; material didático online e certificação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná através da Escola Politécnica, como curso de extensão em Fundamentos da Indústria 4.0.

Outras informações poderão ser obtidas no SINDIMETAL/PR, através do telefone (41) 3218-3335, ou e-mail: sindimetal@sindimetal.com.br, com a Sra. Gisela Alves de Santana.

Microsoft fará cursos grátis no sistema s

13/02/2019 – Fonte: DCI (publicado em 12-02-2019)

A Microsoft assinou nesta terça-feira, 12, parceria com o Serviço Social da Indústria (Sesi) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) para oferecer cursos gratuitos de tecnologia pela internet. O anúncio da parceria foi feito por Satya Nadella, presidente executivo da Microsoft, durante palestra em São Paulo.

Em visita rápida ao Brasil, Nadella falou sobre a importância da popularização da tecnologia. "A revolução acontecerá não pelas inovações, mas sim quando equiparmos as pessoas com as melhores ferramentas. Temos que desmitificar a tecnologia", declarou o executivo, que está há cinco anos à frente da Microsoft.

Em discurso que durou cerca de meia hora, Nadella também falou sobre privacidade, destacando que o Brasil está na vanguarda na regulação de dados pessoais, com a nova Lei Geral de Proteção de Dados, aprovada em 2018.

Também defendeu discussões sobre ética no uso de inteligência artificial. "Não devemos perguntar o que os computadores são capazes de fazer, mas sim o que eles deveriam fazer", afirmou.

Senado aprova acordo tributário entre o Brasil e a Dinamarca

13/02/2019 – Fonte: DCI (publicado em 12-02-2019)



Plenário do Senado durante a sessão que aprovou o acordo que busca incentivar investimentos entre os países, evitando excesso de tributos

O Senado aprovou o acordo entre o Brasil e a Dinamarca, que evita a dupla tributação e mantém o estímulo aos investimentos dinamarqueses no Brasil e dos brasileiros na Dinamarca. Investimentos em valores iguais ou superiores a 10% do valor do capital das empresas não serão tributados.

Segundo o embaixador do Itamarati Gonçalo Mello Mourão e o ministro da tributação da Dinamarca, Peter Christensen, que trabalharam na elaboração do acordo, a meta é evitar que ocorra uma dupla tributação e desestime os investimentos entre os dois países.

O acordo havia sido assinado em Copenhague em 23 de março de 2011, pelos representantes do Brasil e da Dinamarca. O governo brasileiro em dezembro de 2015 enviou o texto à Câmara dos Deputados, para iniciar seu reconhecimento pelo Congresso Nacional. Nesta terça-feira (12/02), o Senado aprovou em definitivo o texto vindo da Câmara, que seguirá para publicação.

Texto da Previdência está pronto e é diferente de minuta vazada à imprensa, diz Marinho

13/02/2019 – Fonte: DCI (publicado em 12-02-2019)

O secretário especial da Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, afirmou nesta terça-feira que o texto da proposta de reforma previdenciária foi fechado e apresentado ao

ministro da Economia, Paulo Guedes, e está "bastante diferente" da minuta vazada à imprensa na semana passada.

Falando a jornalistas após reunião no Ministério da Economia, Marinho não respondeu quais foram as alterações já promovidas, tampouco quais pontos ainda seriam passíveis de modificação pelo presidente Jair Bolsonaro.

A minuta da reforma, por exemplo, estabelecia idade mínima de 65 anos para aposentadoria tanto de homens quanto de mulheres. Antes, o presidente já havia defendido publicamente que esse piso fosse mais baixo para as mulheres.

Com o texto pronto, caberá agora ao presidente tomar sua posição em relação à proposta para definir de que forma ela chegará à Câmara dos Deputados. Isso acontecerá tão logo Bolsonaro tenha disponibilidade de agenda e convocar a equipe econômica, disse Marinho.

Por ora, o presidente segue internado em São Paulo após ser submetido a cirurgia para retirada de bolsa de colostomia.

"Vamos aguardar que o presidente convalesça, que ele esteja em plena condição de exercício do seu mandato, que eu espero que seja amanhã ou quinta-feira e, apresentado ao presidente, ele vai definir o prazo (de apresentação do texto à sociedade). Agora (será) o mais rápido possível", afirmou o secretário.

Segundo Marinho, a proposta que foi fechada já passou por avaliação da Casa Civil e recebeu a contribuição de economistas de todo o país, tendo também observado o texto que já tramita no Congresso, enviado pelo ex-presidente Michel Temer.

"Tentamos apresentar o projeto que eu acredito que representa ao mesmo tempo a média do sentimento de todos os que contribuíram para o processo ... sob a determinação do presidente que seja um projeto que tenha justiça, equidade e também um impacto fiscal que permita que o Brasil volte a crescer e gerar empregos", disse.

Cotado para presidir comissão da Previdência quer suspender Refis por 5 anos

13/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 12-02-2019)

Mauro Benevides Filho (PDT-CE) diz que irá apresentar projeto de lei sobre o tema nesta semana

Cotado para presidir a comissão especial que analisará a reforma da Previdência, o deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE) quer propor a suspensão do Refis, programa de refinanciamento de impostos atrasados, durante cinco anos.

"Está na hora de a gente pôr ordem, pelos próximos cinco anos", afirmou o deputado nesta terça-feira (12).

O parlamentar, que foi assessor econômico de Ciro Gomes (PDT) durante a campanha e Secretário da Fazenda no Ceará, já havia defendido o fim do programa em 2018, e não implementou Refis em seu estado.

Agora na Câmara, Benevides estuda propor o fim do programa de refinanciamento apenas para a União, por meio de projeto de lei, ou apresentá-lo como projeto de lei complementar alterando a Lei de Responsabilidade Fiscal, para que o veto abranja as unidades da federação.



"Se tiver possibilidade jurídica vou incluir os estados", afirmou ele, que disse que deve apresentar o projeto ainda nesta semana.

O pedetista é um dos principais cotados para presidir a comissão especial da reforma da Previdência, por onde ela passará depois de tramitar pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

Fim da 'pejotização' é esperado em reforma

13/02/2019 – Fonte: DCI

O fim da chamada "pejotização" de profissionais liberais graduados é esperado na reforma tributária. Pelo menos, essa é a expectativa da sócia do escritório Trench Rossi Watanabe, Simone Dias Musa.

"Há uma grande gama de pessoas que são tributadas pelo lucro presumido, até o limite de R\$ 78 milhões de faturamento anual. A pejotização deve terminar, isso é o que tem sido anunciado", diz a sócia.

Com base na legislação atual, a chamada "pejotização" alcança principalmente profissionais altamente qualificados, que preferem ou são convidados por seus contratantes a emitirem nota fiscal como pessoa jurídica (PJ) por seus serviços prestados rotineiramente.

Em teoria, contratantes e contratados são beneficiados por custos fiscais menores em comparação com a tributação do trabalho formal (com carteira assinada), mas sempre há o risco trabalhista para o contratante em contratos formais ou informais que exigem exclusividade do contratado.

Pelas regras atuais, uma pessoa física que se utiliza uma empresa que declara pelo regime de lucro presumido arca com os seguintes impostos: PIS (0,65%), Cofins (3%), ISS em sua cidade (de 2,5% a 5%), além de 15% do Imposto de Renda sobre a Pessoa Jurídica (IRPJ) e de 9% da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL).

"É muito razoável que se tenha uma tributação menor sobre a renda das empresas, e se tribute os dividendos. Será o fim da pejotização", prevê a sócia do Trench Rossi Watanabe.

Comparação com a OCDE

Simone Dias Musa completou que todos os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) estão numa toada de redução das alíquotas do imposto de renda.

"O Reino Unido (UK) trouxe a alíquota para 19%, e não é considerado paraíso fiscal. A Holanda reduziu para 25%, e agora nos Estados Unidos é 21%, em alguns estados, 24%. É um perigo enorme para o Brasil não fazer uma reforma tributária, afim de evitar uma fuga de capital estrangeiro do País", argumentou.

"Daí se fala na tributação [de lucros e dividendos] na fonte (imposto de renda da pessoa física) para compensar. Nos EUA, a tributação na fonte vai até 35%, mas 30% é muito comum", exemplifica Musa.

Senadores propõem que salário mínimo em 2019 seja de R\$ 1.006, como estimou Congresso

13/02/2019 – Fonte: Senado Notícias (publicado em 12 -02-2019)



- Proposições legislativas
- [PL 547/2019](#)
- [PLS 416/2018](#)

Um projeto de lei de autoria dos senadores Paulo Rocha (PT-AC) e Jean Paul Prates (PT-RN) propõe que este ano o salário mínimo deverá ser de R\$ 1.006, como aprovou o Congresso Nacional na Lei Orçamentária Anual, e não de R\$ 998, como determinou o Executivo por meio de decreto no início de janeiro. O texto ([PL 547/2019](#)) será inicialmente analisado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A política de valorização do salário mínimo adotada por meio da [Lei 13.152, de 2015](#), considera no cálculo do reajuste o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes e a variação da inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do ano anterior.

Para o salário mínimo de 2019, portanto, a fórmula soma o resultado do PIB de 2017 (alta de 1%) e o INPC de 2018. Como o dado oficial do índice só é divulgado quando se encerra o ano, no cálculo foi usada uma estimativa para propor o aumento.

A lei diz ainda que uma possível diferença do INPC estimado e do valor oficial divulgado posteriormente deve ser compensada no próximo reajuste do mínimo.

De acordo com Paulo Rocha e Jean Paul Prates, o valor de R\$ 998 peca por não contemplar o resíduo do INPC de 2017. O reajuste concedido pelo ex-presidente Michel Temer em 2017 para o salário em vigor em 2018 (de 1,81%) ficou abaixo do INPC de 2017 (2,07%). No cálculo que os autores fazem, o valor do mínimo deveria ser de R\$ 1.000. Portanto o Decreto 9.661 não atende o que dispõe a Lei 13.152, argumentam.

Por isso, os autores da proposta defendem que seja aplicado o valor previsto anteriormente. Afinal, o impacto orçamentário do reajuste de R\$ 1.006 já foi absorvido pelo Orçamento de 2019, pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Emenda Constitucional 95 (o chamado Teto de Gastos) e contribuiria para a retomada do crescimento e a geração de renda.

“Não há óbices para que o Poder Executivo mantenha o valor previsto na Lei Orçamentária anual, aprovada pelo Congresso Nacional, sobretudo diante do aumento recente do número de pessoas em situação de pobreza e dos altos índices de desemprego”, explicaram no texto do projeto.

O argumento utilizado pelo governo de Jair Bolsonaro para reduzir o valor do mínimo para 2019 é que as estimativas de inflação estavam superdimensionadas.

Política de reajuste

O atual modelo de correção do salário mínimo vale desde 2006. As regras foram confirmadas em leis em 2011 e 2015, mas a legislação em vigor (Lei 13.152) só prevê a manutenção desses critérios até 1º de janeiro de 2019. Isso garante ao Poder Executivo, daqui por diante, o poder de decidir se haverá e de quanto será o reajuste, como ocorria até 2005, sempre com a participação do Legislativo.

Isso significa que o presidente Jair Bolsonaro e sua equipe econômica terão até abril para definir como o governo enfrentará a questão do salário mínimo. Esse é o limite para o envio ao Congresso do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano seguinte. O texto terá de trazer a previsão do salário mínimo para 2020.

O ex-senador Lindbergh Farias apresentou proposta ([PLS 416/2018](#)) para a continuidade da política de valorização do salário mínimo, estendendo as regras usadas atualmente para o cálculo até 2023.

De acordo com esse projeto, a remuneração dos trabalhadores deve ser corrigida pela inflação do ano anterior mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB) verificada dois anos antes.

O texto inova ao assegurar um aumento real de 1% ao ano, mesmo que o PIB apresente variação menor ou negativa. Além disso, estende as regras de reajuste a todos os benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS). É o caso de aposentadorias, auxílios (doença, acidente e reclusão), salário-maternidade, salário-família e pensões por morte. O texto aguarda designação de relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Reforma prevê idade mínima de 57 e 62 anos

13/02/2019 – Fonte: DCI

O ministro da Economia, Paulo Guedes, busca uma forma de atender a vontade do presidente Jair Bolsonaro de que a idade mínima para aposentadoria seja de 57 anos para mulheres e de 62 anos, para homens. Uma das propostas é usar essas idades como referência no último ano do mandato do presidente, 2022, no desenho da regra de transição.

A intenção é partir de idades mínimas iniciais de 55 anos para mulheres e 60 anos para homens com a promulgação da reforma da Previdência. Essas idades subiriam um ano a cada dois anos, a partir de 2020. Ou seja, a partir do ano que vem, as mulheres se aposentariam com 56 anos, e os homens, com 61.

Com essa regra, as idades chegarão a 57 anos para mulheres e 62 anos para homens exatamente em 2022, como foi dito por Bolsonaro em entrevistas. "O presidente teve uma sensibilidade política e faz sentido para ele manter essa posição", disse um integrante da equipe econômica.

Mourão: reforma deve atingir a todos, pares e ímpares, ninguém pode ficar de fora

13/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, defendeu que o texto da reforma da Previdência deve levar todos os segmentos da sociedade em consideração. "A reforma deverá atingir a todos, pares e ímpares, ninguém poderá ficar de fora", disse o general da reserva durante a abertura do Seminário de Abertura do Ano de 2019, da *Revista Voto*.

O comentário ocorre em meio à discussão sobre como se dará a inclusão dos militares na reforma. Como mostrou o Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado), a equipe econômica do governo quer criar uma alíquota previdenciária para os militares. O texto final ainda deverá passar pela aprovação do presidente Jair Bolsonaro.

Mourão também falou sobre a importância de abrir o diálogo e definir uma boa estratégia de comunicação com o Congresso e a sociedade para garantir a aprovação da proposta.

Durante sua fala, ele fez um apanhado histórico no qual criticou os governos do PT, culpando-os pelo desequilíbrio fiscal e pela crise política e econômica no Brasil.

O vice-presidente afirmou que é preciso levar adiante as questões econômicas, entre elas as reformas previdenciária e tributária, além das questões da segurança pública. Ele avaliou que o sistema previdenciário atual é insustentável.

“Se não precisamos fazer dívida para pagar salários e aposentadoria hoje, precisamos para que governo tenha atividades de custeio funcionando. Se governo não encarar essa questão de frente, em 2022, não faz mais nada além de pagar salário e aposentadoria”, reforçou.

Definição sobre idade mínima na reforma da Previdência será de Bolsonaro

13/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

Pontos polêmicos de projeto para Previdência serão ajustados pelo presidente

Elaborada pela equipe do ministro Paulo Guedes (Economia), a proposta de reforma da Previdência prevê que pontos mais sensíveis, como a idade mínima para aposentadorias, sejam ajustados de acordo com o desejo do presidente Jair Bolsonaro. Uma das possibilidades estabelece que homens e mulheres tenham que completar 65 anos para se aposentar. Esse patamar, no entanto, subiria gradualmente para não prejudicar quem já está perto de cumprir os requisitos atualmente em vigor.

Apesar de ser o preferido da equipe econômica, esse cenário sofre resistência na ala política do governo e, especialmente, de Bolsonaro.

Segundo assessores do presidente, ele não aceitaria uma proposta que iguale a idade mínima entre homens e mulheres.

A ala política do governo teme que uma exigência de 65 anos para ambos os sexos, como quer Guedes, pode gerar mais críticas a Bolsonaro por parte das mulheres, mais resistentes a votarem nele no período eleitoral.

Técnicos do Ministério da Economia, então, fizeram cálculos para uma reforma da Previdência com patamares etários mais baixos.

As simulações com idades diferentes incluem uma proposta já defendida por Bolsonaro em entrevista a um canal de televisão: 62 anos para homens e de 57 anos para mulheres. Mas Guedes é contrário a um patamar menor que 60 anos para as trabalhadoras.

Para isso, a ideia é fazer um período de transição próximo a dez anos, intervalo durante o qual a idade mínima suba gradualmente.

Uma fórmula estudada é elevar até o fim do governo Bolsonaro a idade das mulheres para 57 anos e dos homens a 62. Porém, ambos patamares mirariam o ideal de 60 e 65 anos, respectivamente

Outro cálculo feito leva em consideração uma idade mínima de 65 anos para homens e de 62 anos para mulheres, seguindo a versão final da reforma da Previdência enviada pelo ex-presidente Michel Temer.

Atualmente há duas formas de se aposentar. A primeira é por tempo de contribuição, que exige 35 anos de pagamentos ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) para homens e 30 anos para mulheres.

O segundo modelo é a aposentadoria por idade, que atende aos mais pobres. Os requisitos são: idade de 65 anos (homens) e 60 anos (mulheres) e 15 anos de contribuições.

A depender da escolha de Bolsonaro, a transição também será ajustada. Esse é o período para que a idade mínima de aposentadoria, que subiria gradualmente, atingisse o último degrau. Quanto menor a faixa etária, menor será a transição.

Isso porque Guedes tem como meta propor uma reforma que represente uma economia próxima de R\$ 1 trilhão nos próximos dez anos.

A transição também é parte de divergências dentro do governo. A equipe política do governo defende uma mudança "mais lenta". A transição deve ser um sistema de pontos, somando a idade com o tempo de contribuição previdenciária.

A avaliação da equipe econômica é que quanto mais baixa a idade mínima de aposentadoria, mais curta terá que ser a transição. Se a idade sugerida por Bolsonaro, de 62 (homens) e 57 (mulheres) prosperar, por exemplo, será necessário atingi-la até o fim de seu mandato, ou seja, até 2022. Neste caso, a transição seria concluída em quatro anos, bem mais rápido do que os 20 anos sugeridos com a idade alvo de 65 anos.

Com isso, o ajuste é mais rápido, embora resultado abaixo da cifra de R\$ 1 trilhão. Como a ideia é igualar o regime de aposentadoria dos servidores públicos ao dos trabalhadores da iniciativa privada, a idade mínima a ser escolhida pelo presidente afetaria ainda as aposentadorias de funcionários públicos. Alguns, como professores, têm regras especiais.

Assim que tiver alta do hospital Albert Einstein, em São Paulo, Bolsonaro receberá da equipe econômica a versão da reforma com os pontos ajustáveis, informou nesta terça-feira (12) o secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho.

De acordo com o secretário, o texto que será apresentado para avaliação final do presidente é "bem diferente, bastante diferente" da versão vazada à imprensa na última semana.

Uma das mudanças é que a equipe de Guedes passou a trabalhar numa redução das cobranças previdenciárias para os trabalhadores de baixa renda, que poderiam pagar 7,5% de alíquota previdenciária, em vez de 8%.

O percentual para quem ganha salários mais altos poderia também ser majorado, ultrapassando a patamar atual de 11%. Essa medida está em linha com o discurso preparado pelo governo de que a reforma irá combater as desigualdades.

"Vamos apresentar um projeto ao presidente. Evidente que existem pontos que serão levados ao presidente para que ele possa tomar sua posição, definir de que forma isso chegará ao Congresso", disse o secretário, sem detalhar quais pontos do texto dependem do aval de Bolsonaro.

Marinho se reuniu com Guedes e declarou que a versão fechada pela equipe econômica já passou por aprovação da Casa Civil e de outros ministérios, como o da Agricultura. Na semana passada, por exemplo, o secretário apresentou a ideia para as aposentadorias de policiais federais e policiais rodoviários federais ao ministro Sergio Moro (Justiça). A proposta é criar uma idade mínima de 55 anos para essas carreiras.

Bolsonaro terá de arbitrar ainda a questão dos militares, de onde vem boa parte de sua base de apoio. A equipe econômica considera ter concluído a negociação com os militares, que aceitaram elevar o tempo na ativa de 30 para 35 anos (homens).

O vazamento da minuta de que seriam igualados os direitos de policiais militares e bombeiros aos integrantes das Forças Armadas gerou protestos. Lideranças do Congresso oriundas da PM ou dos Bombeiros questionaram a medida.

Assessores da equipe econômica disseram à **Folha** que o vazamento da minuta foi muito ruim para o governo. Na avaliação deles, Guedes perdeu espaço para negociar com Bolsonaro sobre pontos mais rígidos já que o texto foi aberto e pontos considerados mais controversos, como BPC, servidores públicos, criticados.

A **Folha** apurou que os debates técnicos dentro do próprio Ministério da Economia se basearam na minuta de reforma que já havia sido vazada. Foram ocultados parâmetros, como a idade mínima, para evitar novos vazamentos.

Guedes esperava trabalhar apenas com Bolsonaro para negociar os pontos mais difíceis. Na visão dele, quanto mais integrantes tiverem acesso à proposta, mais difícil será levar ao Congresso uma reforma mais dura.

Mais de 60% dos trabalhadores estão no mercado informal, diz OIT

13/02/2019 – Fonte: G1

Entre as pessoas que atuam por conta própria, 85% estão na informalidade; entre os assalariados, são 40% nessa condição.



Trabalho na informalidade: carregador caminha entre lanchonetes e embarcação em balsa no Rio Negro, em Manaus — Foto: Leandro Tapajós/G1 AM

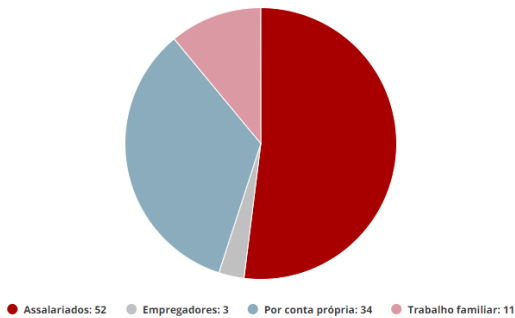
Cerca de 61% das pessoas que compõem a força de trabalho no mundo atuam de maneira informal. É o que aponta um relatório divulgado nesta quarta-feira (13) pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), com dados de 2018. Segundo a pesquisa, o número de pessoas trabalhando na economia informal é de cerca de 2 bilhões de pessoas.

O levantamento mostra ainda que, entre as pessoas que estão trabalhando, mais da metade (52%) são assalariadas, enquanto 34% atuam por conta própria. Outros 11% ajudam em trabalhos familiares, e apenas 3% estão na categoria “empregadores”.

Nessa divisão por categorias, as pessoas que atuam por conta própria se destacam no mercado da informalidade. Entre elas, **85% estão no mercado de trabalho considerado “informal”**. Já entre os assalariados, são cerca de 40%.

Como as pessoas trabalham?

Em % dos trabalhadores, no mundo; dados incluem postos formais e informais
Assalariados: 52
Empregadores: 3
Por conta própria: 34
Trabalho familiar: 11



Fonte: OIT

"Significativamente, os trabalhadores informais são muito mais propensos a viver em condições de pobreza do que os trabalhadores formais", diz a OIT.

"É importante notar, porém, que a formalidade não é garantia de escapar da pobreza e que os trabalhadores informais não se limitam a ser pobres", complementa a organização.

Os dados da pesquisa da agência das Nações Unidas se referem ao mercado de trabalho no mundo todo, mas também refletem a situação no Brasil. Em 2018, a soma de pessoas trabalhando por conta própria ou no mercado informal seguiu acima da quantidade de empregados com carteira assinada, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE).

Ao final do ano passado, o Brasil tinha 33 milhões de pessoas trabalhando com carteira assinada (sem considerar empregados domésticos). Outras 11,5 milhões estavam atuando sem carteira, e outras 23,8 milhões, por conta própria.

Mais pessoas inativas

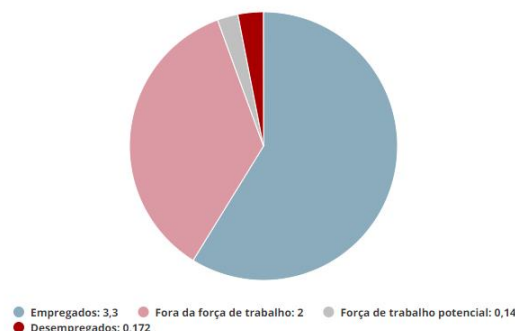
A pesquisa da OIT aponta que a proporção de pessoas que fazem parte da força de trabalho vem caindo nos últimos 25 anos. Atualmente, o número de pessoas com idade de trabalhar é de 5,7 bilhões de pessoas em todo o mundo.

Entre elas, 3,3 bilhões estão empregadas, enquanto os desempregados são 172 milhões. Outros 2 bilhões de pessoas, aproximadamente, estão fora da força de trabalho.

Divisão da força de trabalho no mundo

Em bilhões de pessoas

Empregados: 3,3
Fora da força de trabalho: 2
Força de trabalho potencial: 0,14
Desempregados: 0,172



Fonte: OIT

Na divisão por idade, esse fenômeno de redução na participação na força total de trabalho é ainda mais acentuado entre pessoas com idade entre 15 e 24 anos – o que aponta uma melhora nos índices de frequência escolar dos jovens, segundo a OIT.

Entre 2013 e 2018, a participação das pessoas nessa faixa etária na força de trabalho diminuiu 2,2 pontos percentuais, um recuo bem maior que a queda de 0,5 ponto percentual da média total.

A OIT indica ainda que o aumento das oportunidades de aposentadoria e expectativa de vida também ajuda a explicar a redução da proporção de pessoas na força de trabalho.

Embora essa seja uma boa notícia, o cenário aumentou a situação que o relatório menciona como “taxa de dependência” – a relação entre o número de pessoas trabalhando e as que são economicamente inativas. Isso, ainda segundo a OIT, torna necessárias discussões sobre a “organização do trabalho e distribuição de recursos na sociedade”.

“Em primeiro lugar, e mais importante que tudo, os sistemas previdenciários existentes serão forçados a manter as pessoas idosas fora da pobreza. Em segundo lugar, o aumento da taxa de dependência aumenta a demanda de trabalho em setores específicos, como o setor de saúde, acelerando a transformação estrutural”, diz a OIT.

"Terceiro, uma força de trabalho cada vez mais envelhecida desafia a capacidade dos trabalhadores para acompanhar o ritmo da inovação e mudanças estruturais no mercado de trabalho."

Jovens que nem trabalham e nem estudam

Apesar de mencionar uma melhora no número de matrículas escolares entre os fatores que podem explicar o aumento da quantidade de jovens inativos no mercado de trabalho, a pesquisa a OIT aponta também que a proporção de jovens que nem trabalham e nem estudam segue preocupante.

Os dados da OIT mostram que, em cada 5 jovens (com idade inferior a 25 anos), 1 não está no mercado de trabalho e nem estudando.

Desigualdade entre homens e mulheres

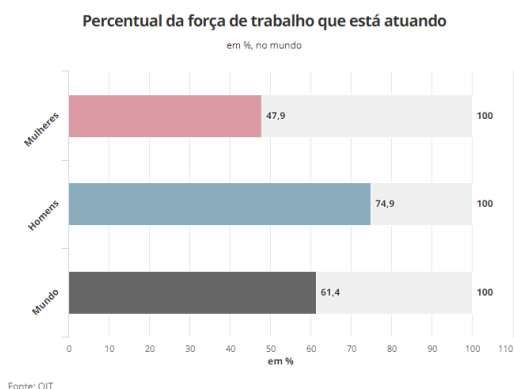


Mulheres sem emprego observam quadro com vagas de trabalho em Itaboraí (RJ). — Foto: REUTERS/Ricardo Moraes

O relatório também apresenta diferenças entre as condições do mercado de trabalho para homens e mulheres. Segundo o levantamento, enquanto 75% dos homens participam da força de trabalho, entre as mulheres essa proporção é de 48%.

O número significa que, de cada 5 pessoas que trabalhavam em 2018, 3 eram homens.

Percentual da força de trabalho que está atuando em %, no mundo



Fonte: OIT

A OIT também mostra que, ainda que as mulheres sigam mais vulneráveis ao desemprego que os homens, elas são minoria nas ocupações informais. Enquanto, entre elas, 58% estão atuando sem formalização, entre eles a proporção é de 63%.

'Choque de realidade' alcança governo federal

13/02/2019 – Fonte: DCI

'Choque de realidade' alcança governo federal

Já se passou um mês da posse do presidente Jair Bolsonaro (PSL) e agora a agenda de abertura comercial começa a enfrentar resistências do setor privado; tendência é de mais "pé no chão"



Passados 44 dias da posse do presidente Jair Bolsonaro (PSL), o governo federal começa a enfrentar o "choque de realidade" da cadeira presidencial, inclusive nos assuntos de comércio exterior.

"Uma coisa são as pretensões de agendas políticas em campanha eleitoral. Outra é o caminho para colocar em prática essas agendas. Neste momento, o governo começa a entender que terá que dialogar com o Legislativo, com a sociedade civil e com grupos organizados do setor privado", diz o coordenador do Observatório de Multinacionais da ESPM, Diego Coelho.

Ele se refere, por exemplo, ao recente "vai e vem" entre o Ministério da Economia e Bolsonaro em relação à taxa das importações de leite em pó. Na semana passada, o ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a anunciar o fim de uma taxa extra sobre as importações do produto vindo da União Europeia (UE) e da Nova Zelândia.

Contudo, na última segunda-feira, Bolsonaro mandou a pasta rever a decisão após forte reação da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), base de apoio do governo. Segundo a FPA, a medida pode prejudicar a produção local.

“O governo, portanto, tem começado a lidar com as dificuldades de sentar na cadeira presidencial. Agora começa o governo Bolsonaro mais pé no chão”, destaca Coelho.

O professor do curso de Relações Internacionais da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap), José Luiz Pimenta Júnior, afirma que, de fato, o Ministério da Economia terá que dialogar mais com o setor privado para colocar em prática a sua agenda de abertura comercial.

“Se o Brasil quiser abrir o seu mercado, o melhor caminho é os acordos preferenciais de comércio. Ou seja, negociamos nossa abertura, solicitando algo em troca”, comenta o professor da Fecap. “Abrir unilateralmente é abrir nosso mercado por abrir, e isso pode prejudicar empresas”.

Perspectivas

Em janeiro, as exportações brasileiras subiram 9,1%, para US\$ 18,5 bilhões, enquanto as nossas importações avançaram 15,4%, para US\$ 16,3 bilhões. Diante desse cenário, a balança comercial do País fechou o janeiro com um superávit de US\$ 2,1 bilhões.

Greve contra privatização é abusiva, diz TST

13/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 12-02-2019)

Pela primeira vez, tribunal vê movimento como ato político, e não econômico

O TST (Tribunal Superior do Trabalho) definiu pela primeira vez como abusiva uma greve de trabalhadores contra a venda de uma companhia estatal à iniciativa privada. A decisão estabelece jurisprudência para novos julgamentos.

A Seção de Dissídios Coletivos da corte julgou, na segunda-feira (11), a paralisação dos trabalhadores da Eletrobras em junho de 2018 como um movimento político, e não econômico ou profissional.

Com a decisão, o movimento deixa de se configurar como greve, e a empresa pode descontar os dias parados do salário do trabalhador.



TST define paralisação contra privatização como movimento político - Fellipe Sampaio /TST

Para o ministro Ives Gandra Martins Filho, há um abuso quando a paralisação tem caráter político, desvirtuando o direito de greve.

“O Estado é que vai decidir se vai privatizar ou não, o Congresso Nacional. São os representantes do povo. Então a greve se transforma em manifestação política, como grupo de pressão ou lobby sobre o Legislativo.”

Durante a sessão da segunda, o ministro Renato Lacerda, vice-presidente do TST, afirmou que o pagamento relativo aos dias em abono ao movimento não deve ocorrer porque a paralisação não cumpre os requisitos estabelecidos em lei.

“Se trata de um movimento legítimo, de protesto, mas que não se enquadra na figura típica prevista em lei que autorizaria o afastamento da abusividade”, disse.

O ministro-relator, Maurício Godinho, porém, afirmou que quase toda paralisação tem uma dimensão política e, no caso específico de privatização, o trabalhador quer se manifestar.

“Todos sabem, e há vários estudos nessa linha, que a privatização provoca o ceifamento de quase 50% dos empregos nas empresas. Então obviamente que é um direito constitucional legítimo dos trabalhadores.”

Por quatro votos a seis, venceu a posição de Gandra, que disse não enxergar causa trabalhista na parada dos servidores da estatal.

A decisão do tribunal deverá impactar possíveis movimentos de servidores contra privatizações prometidas pelo governo Jair Bolsonaro.

Em novembro, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que a venda de todas as estatais renderia R\$ 802 bilhões em receitas.

Na sexta (8), em evento no BNDES, Guedes disse que todas as estatais deveriam ser vendidas à iniciativa privada.

“Eu falava que tinha de vender todas, mas naturalmente o nosso presidente, os nossos militares olham para algumas delas com carinho, como filhos.”

Varejo avança 2,3% em 2018; vendas do setor recuam no mês do Natal

13/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

Em dezembro, comércio teve queda de 2,2% em relação a novembro

As vendas no varejo brasileiro avançaram 2,3% em 2018, segundo informações divulgadas pelo IBGE nesta quarta (13). Foi o melhor resultado desde 2013, ano em que o volume de vendas do comércio teve um crescimento de 4,3%. Apesar do desempenho positivo no ano passado, no mês do Natal, o setor apresentou um recuo de 2,2%, na comparação com novembro. Projeção da Bloomberg era que o volume de vendas do varejo recuasse 0,1%.

Na retração do último mês de 2018, cinco das oito atividades analisadas pelo instituto apresentaram comportamento negativo.

Os recuos que mais influenciaram em dezembro, na relação com o mês anterior, vieram dos artigos pessoal e doméstico (- 13,1%), dos móveis e eletrodomésticos (- 5,1%) e dos tecidos, vestuários e calçados (- 3,7%). Os três segmentos, porém, apresentaram alta no mês anterior.

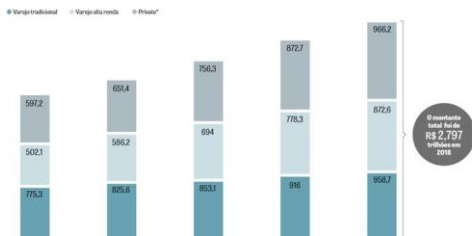
Em relação aos setores que tiveram comportamento positivo, o destaque ficou com os livros, jornais, revistas e papelaria (5,7%) e combustíveis e lubrificantes (1,4%).

No acumulado do ano, o maior impacto pela alta de 2,3% veio do setor de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (3,8%). Na outra ponta, o maior impacto negativo veio dos combustíveis e lubrificantes, com recuo de 5%.

Aplicação de pessoas físicas avança 8,1% em 2018 e atinge R\$ 1,83 trilhão

13/02/2019 – Fonte: DCI (publicado em 12-02-2019)

Dados da Anbima apontam que apesar da maior parte das alocações ainda ser voltada para a poupança, com 39,9% do total, os fundos de investimentos também começam a ganhar espaço.



As aplicações de pessoas físicas totalizaram R\$ 1,831 trilhão no varejo em 2018. O volume é 8,1% maior do que o observado em 2017 (R\$ 1,694 trilhão). Apesar da maior parte ainda ser voltada para a poupança, os fundos de investimentos têm ganhado espaço.

Os dados, divulgados ontem pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), apontam que 39,9% (R\$ 730,7 bilhões) do total aplicado por pessoas físicas é voltado para poupança, um valor 10% maior do que o visto em 2017 na modalidade (R\$ 664,2 bilhões).

Já os fundos de investimentos – que desde 2017, com as consecutivas quedas da taxa básica de juros (Selic) acabaram atraindo parte dos investidores conservadores e ultrapassaram o montante alocado em títulos e valores mobiliários – registraram alta de 10,7% na mesma base de comparação, de R\$ 538 bilhões para R\$ 595,9 bilhões.

Os títulos e valores mobiliários, por sua vez, somaram R\$ 504,7 bilhões, aumento de 2,6% em igual relação com 2017 (R\$ 492,1 bilhões).

De acordo com o vice-presidente do comitê de varejo da associação, Claudio Sanches, porém, na abertura dos instrumentos, os destaques são dos fundos de ações e multimercados, “porta de entrada para os clientes dispostos a experimentar risco” num cenário de Selic mais baixa.

“Apesar da grande concentração em poupança, é um segmento cujo estoque cresce em intensidade menor. Uma alternativa que também acaba aparecendo é o Tesouro Direto, oferecido com taxa zero pelas operadoras. Já no varejo alta renda, percebemos que o cliente começa a ficar mais atento com o crescimento da bolsa de valores (ações) e uma maior tendência de migração para produtos de renda variável”, explicou o especialista.

Mais ricos

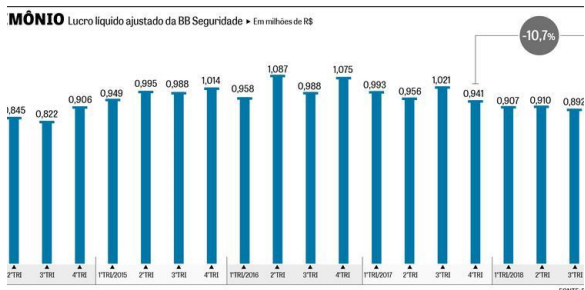
Ainda segundo a associação, o segmento de private banking atingiu R\$ 1,080 trilhão em 2018, avanço de 11,6% ante 2017 (R\$ 968,8 bilhões). Para o presidente do comitê de private banking da Anbima, João Albino, o crescimento veio ancorado nas melhores perspectivas do mercado.

“Foi um avanço robusto, com a valorização de ativos de forma geral. Além disso, em renda variável, também começamos a ver uma aceleração do mercado e, apesar de a indústria ainda depender do caminhar da agenda do governo, tudo indica que teremos um *pipeline* muito grande tanto para M&A [do inglês para fusões e aquisições] como para IPOs [do inglês para ofertas públicas iniciais de ações]. É uma tendência”, afirma.

BB Seguridade projeta crescimento entre 5% e 10% no lucro para este ano

13/02/2019 – Fonte: DCI

As expectativas estão ancoradas na melhora do resultado operacional ante a reestruturação com a Mapfre e a companhia não descarta a possibilidade de uma revisão para cima do seu guidance.



A BB Seguridade projeta crescimento de 5% a 10% do lucro líquido ajustado em 2019. A estimativa vem depois de uma queda de 9,3% em 2018 contra 2017. A alta viria pelo desempenho operacional após a reestruturação completa da parceria com a Mapfre.

O lucro da companhia caiu de R\$ 3,911 bilhões em 2017 para R\$ 3,549 bilhões no ano passado. Especificamente no quarto trimestre, foi de R\$ 840 milhões, recuo de 10,7% na mesma base de comparação (frente aos R\$ 941 milhões do ano anterior).

De acordo com o superintendente executivo de relações com investidores da BB Seguridade, Rafael Sperandio, as expectativas estão no desempenho da economia ao longo deste ano e não descarta a possibilidade de revisão para cima dessas projeções.

“Consideramos que a Selic [taxa básica de juros] ficará estável, CDI médio próximo ao observado em 2018 e expectativa de que a reforma da Previdência seja aprovada. Também esperamos uma maior confiança do mercado que possa alavancar o emprego.

A princípio, o *guidance* pode ter uma visão um pouco conservadora, mas veremos o desenrolar do País e, se necessários, podemos fazer um ajuste mais para frente”, ressaltou o executivo.

“O resultado da companhia foi aquém do esperado, mas é melhor revisar um *guidance* pra cima do que para baixo. Mas agora, com a Selic estável, é provável que o resultado financeiro pare de cair e, caso eles consigam aumentar o volume, é possível ter um operacional que sustente esse crescimento esperado”, avaliou o analista setorial da Planner Corretora, Victor Martins.

As ações da companhia repercutiram a leitura dos investidores de que foi um resultado fraco e acabaram o pregão de ontem entre as maiores baixas da B3. Os papéis da BB Seguridade ON caíram 2,54%, cotadas em R\$ 28,80.

Resultado operacional

Dentre as projeções da seguradora, porém, a estimativa é de que o retorno operacional venha ancorado nos possíveis resultados com os novos moldes da atuação do Grupo Segurador BB e Mapfre, cuja reestruturação foi concluída em novembro último. O *guidance* para essa variação de prêmios emitidos na versão pró-forma (números já ajustados para viabilizar a comparação) é de um avanço entre 7% e 12%.

A BB Seguridade teve alta de 4,2% no resultado operacional total não decorrente de juros do último trimestre de 2018 ante igual intervalo de 2017 (de R\$ 644 milhões para um total de R\$ 671 milhões).

Segundo o diretor de finanças, relações com investidores e gestão de participações da companhia, Werner Süffert, os maiores retornos operacionais vêm embasados na adequação de preços e produtos para a atuação da seguradora no canal bancário. “A BB Mapfre continua sendo o segmento para o qual esperamos uma maior participação e que deve ser nosso motor principal de crescimento de resultado operacional em 2019”, afirma.

Os novos moldes de atuação do Grupo BB e Mapfre levaram os produtos de automóvel e grandes riscos de volta para a seguradora espanhola e limitaram a operação das duas companhias como sócias apenas ao grupo SH1, que corresponde às apólices de vida, habitacional, rural e prestamista.

“Nesse sentido, esses produtos começaram a atuar com residencial e empresarial e já conseguimos ver uma recuperação mais forte nessas linhas. Ainda estamos em um período de transição para um modelo cada vez mais voltado para os canais do banco, na segmentação de novo varejo. Com isso, vamos buscar produtos adequados em formas e preços”, complementa Sperandio.

“Já estamos nos especializando à nova modulação e isso passa pela adaptação e simplificação dos nossos produtos. Vamos melhorar a jornada digital da seguradora e crescer”, conclui o presidente da BB Seguridade, Bernardo Rothe.

Para Sperandio, o movimento voltado para o canal bancário também deve trazer patamares melhores para a sinistralidade da companhia, que apresentou alta nas linhas de rural e vida em 2018. “Temos a expectativa de continuar atuando em patamares históricos de sinistralidade, agora focados na construção de um resultado operacional mais forte. Isso vai refletir na reprecificação e melhora dos instrumentos, bem como na eficiência”, disse o superintendente.

Volvo anuncia investimento de R\$ 250 milhões em fábrica de caminhões no Paraná

13/02/2019 – Fonte: G1

Montadora começou o ano com mais 300 postos de trabalho, para expandir a produção.



A Volvo anunciou nesta quarta-feira (13) que investirá R\$ 250 milhões na fábrica de caminhões e ônibus em Curitiba até 2020. A empresa disse ainda que começou o ano com 300 novos funcionários, aumentando o segundo turno de caminhões.

Segundo a montadora, o montante a ser investido é um adicional ao R\$ 1 bilhão que o Grupo Volvo aplica na unidade entre 2017 a 2019. “São novos recursos para todos os negócios da marca no Brasil: caminhões, ônibus, equipamentos de construção e motores marítimos e industriais, na pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e serviços”, diz Wilson Lirmann, presidente para a América Latina.

A unidade de Curitiba é o maior complexo industrial da marca no continente, onde são fabricados caminhões pesados e semipesados, ônibus rodoviários e urbanos, motores, cabines e caixas de câmbio. A empresa também tem um fábrica de equipamentos de construção em Pederneiras (SP).

Toyota confirma produção nacional de carro híbrido flex a partir deste ano

13/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 12-02-2019)

O primeiro carro movido por gasolina, etanol e eletricidade será produzido no Brasil a partir deste ano, com lançamento previsto para o último trimestre de 2019. A informação foi confirmada nesta terça (12) pelo presidente-executivo da Toyota para América Latina e Caribe, Steve St. Angelo.

O anúncio foi feito em São Paulo durante a apresentação de resultados da montadora no mercado nacional.

De acordo com St. Angelo, a marca emplacou pouco mais de 200 mil veículos em 2018 e prevê crescimento de 9,5% neste ano. Embora a Toyota não confirme qual será seu modelo híbrido flex, as datas previstas coincidem com o lançamento da nova geração do sedã médio Corolla.

O sistema foi apresentado pela montadora japonesa em março de 2018. Na época, a empresa apresentou uma unidade do Prius capaz de rodar com gasolina, álcool ou eletricidade. A base do novo sedã é a mesma do Prius.

Batizada de TNGA (sigla em inglês para nova plataforma global Toyota), permite produzir tanto modelos convencionais quanto híbridos na mesma linha de montagem. A reportagem teve acesso ao novo Corolla híbrido em novembro, no Salão do Automóvel de Los Angeles. o modelo que chega ao Brasil neste ano tem estilo mais esportivo, o que não prejudica o espaço interno.

Enquanto os americanos podem comprar versões simples com motorização híbrida, essa opção deverá se restringir às configurações mais caras no mercado brasileiro. Hoje, a versão topo de linha do Corolla, chamada Altis, custa R\$ 119 mil.

A fábrica de Indaiatuba (interior de São Paulo) recebeu um investimento de R\$ 1 bilhão em 2018. A unidade foi modernizada para poder produzir veículos sobre a plataforma TNGA. No futuro, um novo utilitário esportivo será produzido nessa base.

Ao todo, a montadora investiu R\$ 2,6 bilhões nos últimos três anos. Rafael Chang, presidente da Toyota do Brasil, afirma que a empresa está com as contas equilibradas no país, mas a operação não é tão rentável quanto no passado.

Para se tornar mais lucrativa e acelerar o retorno dos investimentos, a montadora busca aumentar as exportações. A Colômbia é um dos principais destinos dos carros da marca produzidos no Brasil.

Ford vai testar óculos de realidade aumentada para ajudar no conserto de carros

13/02/2019 – Fonte: G1

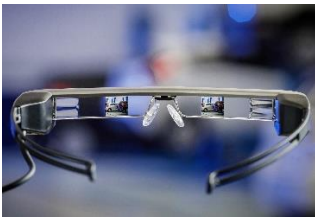
Programa-piloto foi apresentado na abertura da 12ª edição da Campus Party Brasil.



A **Ford** apresentou nesta terça-feira (12) na **abertura** da **Campus Party Brasil** um programa-piloto para uso de óculos de realidade aumentada nas oficinas de concessionárias.

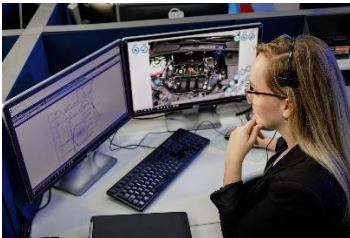
A tecnologia começará a ser testar ainda neste primeiro semestre, em 10 oficinas. A expansão para o restante da rede está prevista para o ano que vem. Segundo a Ford, o Brasil é o primeiro país a testar este tipo de auxílio.

Por meio de óculos com câmera e microfone, técnicos de concessionárias poderão consultar especialistas da fábrica para ajudar no diagnóstico de casos mais complexos.



Como os óculos possuem uma câmera, o especialista, que fica em uma central, poderá acompanhar, em tempo real, cada passo do reparo. Durante o atendimento, o profissional que está na central poderá consultar manuais e sugerir soluções para o mecânico.

De acordo com a Ford, a maior vantagem da implantação dos óculos de realidade aumentada é o aumento da produtividade das oficinas.



Vendas de veículos sobem 15,1% em 2018, maior alta em 11 anos, diz IBGE

13/02/2019 – Fonte: G1

Melhores condições de financiamento e redução de 30% de impostos sobre carros importados são principais razões, diz pesquisadora.

O comércio de veículos, motos, partes e peças no Brasil fechou 2018 com alta de 15,1%, melhor desempenho desde 2007, quando cresceu 22,6%. Os dados sobre vendas do comércio no país foram divulgados nesta quarta-feira (13) pelo IBGE.

“Há 11 anos não tinha um resultado tão positivo”, afirmou Isabella Nunes, gerente da pesquisa.

Segundo a pesquisadora, dois fatores têm relação direta com a alta expressiva na venda de veículos: melhores condições de financiamento e redução de 30% de impostos sobre carros importados.

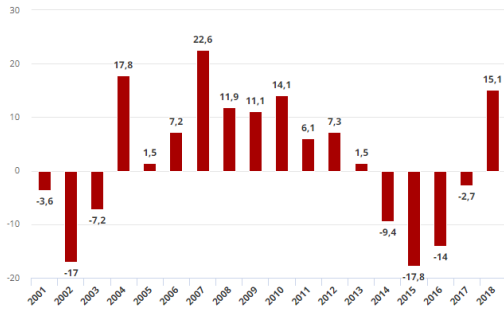
“Veículos começa o ano apresentando taxas de dois dígitos. Em janeiro teve fim o Inovar Auto, programa que sobretaxava veículos importados”, apontou.

“Vale lembrar que veículos é uma atividade que responde bem a qualquer redução tributária”, destacou.

Dos 12 meses de 2018, somente maio e dezembro registraram taxa de um dígito, respectivamente de 2,1% e 7,8%.

Vendas de veículos ao ano

Em %



Fonte: IBGE

“Maio foi claramente influenciado pelo desabastecimento decorrente da greve dos caminhoneiros. Já o resultado de dezembro, certamente, foi devido aos resultados elevados dos meses anteriores”, explicou.

A pesquisadora ressaltou que, apesar de se tratar da maior alta em 11 anos, o segmento de veículos ainda se encontra num patamar de vendas 34,2% abaixo do pico histórico, registrado em junho de 2012.

Veículos, motos, partes e peças fazem parte do comércio ampliado, cuja alta no ano de 5% foi influenciada principalmente por essa atividade. Veja abaixo o desempenho de todos os setores:

- Veículos, motos, partes e peças: 15,1%
- Outros artigos de uso pessoal e doméstico: 7,6%
- Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria: 5,9%
- Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo: 3,8%
- Material de construção: 3,5%
- Tecidos, vestuário e calçados: 1,7%
- Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação: 0,1%
- Móveis e eletrodomésticos: -1,3%
- Combustíveis e lubrificantes: -5%
- Livros, jornais, revistas e papelaria: -14,7%

Em relação a dezembro de 2017, o setor de veículos, motos, partes e peças teve alta de 7,8%, 20ª taxa positiva seguida, exercendo a maior contribuição no resultado de dezembro do varejo ampliado.

Comércio fecha ano em alta

As vendas do comércio varejista brasileiro registraram **alta de 2,3% no ano passado**, segundo dados divulgados nesta quarta-feira (13) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi a maior alta do indicador em cinco anos.

Em dezembro de 2018, o comércio varejista nacional caiu 2,2% frente a novembro, na série com ajuste sazonal, descontando grande parte do avanço de 3,1% registrado no mês anterior. Em relação a dezembro de 2017, o volume de vendas cresceu 0,6%.

Três das oito atividades do varejo exerceram o maior impacto no comércio varejista em 2018: hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (3,8%), seguida por outros artigos de uso pessoal e doméstico (7,6%) e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (5,9%). Por outro lado, combustíveis e lubrificantes (-5%) exerceu o maior impacto negativo.

Já no comércio varejista ampliado, o bom desempenho de 2018 foi influenciado, principalmente, pela atividade de veículos, motos, partes e peças, com alta de 15,1% - maior taxa desde 2007, quando cresceu 22,6%. O segmento registrou taxa de um dígito somente maio e dezembro, respectivamente, de 2,1% e 7,8%.

Toyota projeta novo crescimento após registrar melhor ano no Brasil

13/02/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 12-02-2019)



Linha da Toyota em Indaiatuba (SP): fábrica recebe investimentos de R\$ 1 bilhão e deve produzir nova geração do Corolla no segundo semestre, com versão híbrida flex

Marca japonesa espera vender 219 mil veículos e produzir 225 mil no País em 2019

Em 2018 a **Toyota** cresceu no Brasil menos da metade do que a média nacional do setor, mas não houve reclamações, pois o resultado foi o suficiente para registrar o seu melhor desempenho de todos os 60 anos da empresa no País, completados no ano passado (foi a primeira operação industrial fora do Japão). Para Steve St. Angelo, CEO da companhia na América Latina, o mais importante é manter o crescimento constante.

"Estamos registrando crescimento sustentável, pouco a pouco, ano após ano. Essa é a maneira de ser da Toyota. Não vamos desafiar o mercado e ficar sujeitos a altos e baixos. Vamos continuar a investir aqui porque confiamos no Brasil", disse Steve St. Angelo.

Os brasileiros compraram 200 mil veículos Toyota em 2018, novo recorde anual que superou o anterior de 195 mil em 2014. A expansão foi de 5,3% sobre 2017, fazendo a marca japonesa descer da sexta para a sétima posição do ranking nacional de vendas, com participação de mercado que caiu de 8,7% para 8,1%.

"Este ano esperamos por um mercado total em torno de 2,8 milhões de unidades, talvez um pouco mais. Nós devemos avançar um pouco mais rápido desta vez, teremos um ano inteiro com o Yaris que está indo bem. Por isso projetamos nosso crescimento em 9,5%, para 219 mil emplacamentos", afirma Rafael Chang, presidente da empresa no Brasil.

O resultado não foi melhor em 2018 porque as fábricas no interior paulista operaram no limite da capacidade. Mesmo assim a produção cresceu 6%, somando 209 mil unidades, 28% para exportação a países sul-americanos, em proporção que deve ser mantida em 2019, quando a Toyota espera expandir em 7,6% a produção brasileira, atingindo 225 mil veículos.

"Poderemos chegar a esse volume com o terceiro turno na fábrica de Sorocaba que iniciamos já no fim do ano passado", recorda Chang. Com todas as expansões, o quadro de funcionários no Brasil cresceu 18%, de 5.880 pessoas para 6.954 até o fim de dezembro passado.

INVESTIMENTOS DE R\$ 2,6 BILHÕES

A Toyota deve consolidar até o fim de 2019 investimentos de R\$ 2,6 bilhões na operação brasileira. A planta de Sorocaba recebeu R\$ 1 bilhão e foi preparada para a expansão. A unidade já fazia desde 2012 a família Etios (hatch e sedã) e no meio de 2018 passou a produzir também o Yaris hatch e sedã, com o ritmo aumentado para

três turnos de trabalho, que exigiu a contratação de 1.570 pessoas na linha de montagem e nos fornecedores. A capacidade na unidade cresceu de 108 mil para 160 mil veículos/ano.

O mesmo aconteceu com a fábrica de motores de Porto Feliz, que recebeu aportes de R\$ 600 milhões para aumentar a capacidade, opera em três períodos para atender a demanda das linhas de montagem pelos propulsores 1.3 e 1.5, mas até o segundo semestre deve começar a produzir nova linha 1.8 e 2.0, incluindo versão híbrida flex (com motor elétrico e a combustão bicomcombustível etanol-gasolina) que muito possivelmente irá equipar a nova geração do sedã médio Corolla.

Para fazer o carro, o mais vendido da Toyota no Brasil e décimo do mercado em 2018, a fábrica de Indaiatuba recebe investimentos de R\$ 1 bilhão, está em fase de modernização e eliminação de gargalos produtivos. Dificilmente será adotado o terceiro turno na unidade, que em 2018 completou 20 anos operando com horas extras acima de sua capacidade nominal.

A Toyota não confirma oficialmente, mas os aportes deverão trazer aumento de produtividade para introduzir na planta a nova plataforma TNGA, sobre a qual a nova geração do Corolla será construída a partir do segundo semestre, incluindo a versão híbrida flex.

FALTA UM SUV COMPACTO

Ainda falta à Toyota um SUV compacto para tirar proveito do segmento que mais cresce no País e assim ganhar estatura no mercado nacional. Tanto Steve St. Angelo como Rafael Chang, presidente da Toyota no Brasil, admitem que o modelo está nos planos e demonstram certa ansiedade por até agora não terem conseguido colocar o carro no mercado.

“Obviamente é o que está faltando, mas também precisamos de mais capacidade de produção”, diz St. Angelo. “Não quero sair do País enquanto não lançarmos o SUV nacional”, afirma Chang.

Nenhum dos dois confirma, mas é mais provável a construção desse SUV compacto sobre a plataforma do Yaris produzido em Sorocaba, pois é lá que a empresa tem mais capacidade de produção. Além disso, esta seria uma solução mais barata e acessível para o mercado brasileiro.

Outra opção, menos provável, é o C-HR, um SUV compacto lançado há pouco mais de dois anos e fabricado sobre a plataforma TNGA, a mesma da nova geração do Corolla a ser feito em Indaiatuba. É um carro mais caro que necessariamente ocuparia espaço na mesma linha de produção já no limite do campeão de vendas da Toyota no País, o que exige decisões arriscadas fora do perfil conservador de empresas japonesas.

LINHA RENTÁVEL

Mesmo sem o SUV compacto nacional, St. Angelo chama a atenção para a linha com rede rentável que a Toyota mantém no Brasil. Em um levantamento que leva em conta as vendas de janeiro a outubro de 2017, as 172 concessionárias Toyota no País figuram em primeiro lugar no faturamento mensal por loja, de R\$ 8 milhões/mês, quase o dobro dos R\$ 4,8 milhões/mês da segunda colocada, a GM/Chevrolet com seus 368 showrooms. A Honda fica em terceiro com 206 pontos e R\$ 4,4 milhões/mês por concessionária.

Com rede mais enxuta, no mesmo período de avaliação a Toyota tem o segundo maior volume mensal de venda por loja, de 1.180 veículos/mês, poucas unidades atrás da primeira colocada, a GM/Chevrolet, que vende 1.180 carros/mês por concessionária.

Mais atrás, a Hyundai tinha média de 979 vendas por mês em cada um de seus 211 showrooms.

Graças à reputação que conquistou, os modelos Toyota mais vendidos no País são também os mais caros e rentáveis – daí a discrepância tão elevada na comparação de faturamento mensal por loja. Os 59 mil Corolla emplacados em 2018, com preços superiores a R\$ 100 mil por unidade, representaram 30% das vendas da Toyota no mercado brasileiro.

Depois do sedã médio, o segundo veículo da marca japonesa mais demandado pelos clientes brasileiros é ainda mais caro, a picape média Hilux produzida na Argentina, que custa de R\$ 112 mil a quase R\$ 200 mil, com 39 mil unidades comercializadas no ano passado.

Na faixa de mercado de sedãs médios e picapes médias a fabricante reina absoluta no País com clientes que trocam um Toyota por outro. A novidade no cenário é o Yaris lançado em junho do ano passado, que está roubando clientes de outras marcas.

Em apenas meio ano de vendas o modelo hatch somou 18,6 mil emplacamentos e o sedã 13,6 mil, e segundo a Toyota 70% dos clientes tinham antes carros de outras marcas. Se continuar no mesmo ritmo, o Yaris tem potencial para ser o novo campeão da Toyota no Brasil.

Renault mantém Ghosn como diretor do grupo francês

13/02/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 12-02-2019)

Executivo, no entanto, permanece preso sob acusações de sonegação e fraude

A **Renault** confirmou na terça-feira, 12, que o brasileiro Carlos **Ghosn** permanece como diretor do grupo francês, apesar de ter renunciado aos cargos de presidente do conselho administrativo e presidente-executivo da Renault.

Como se sabe, Ghosn está preso desde o dia 19 de novembro em Tóquio, no Japão, sob a acusação de ter informado por vários anos rendimentos menores do que deveria em declarações da Nissan, uma das parceiras da Renault.

Ainda de acordo com a companhia, Carlos Ghosn mantém suas posições na Renault do Brasil e na Aliance Rostec Auto. A notícia da permanência do brasileiro na empresa surge dias depois de a Renault ter encontrado também evidências de que o executivo teria usado fundos da empresa indevidamente para custear despesas de seu segundo casamento, em 2016, em um palácio na região de Versailles.

Hengst amplia capacidade para a produção de filtros no Brasil

13/02/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 12-02-2019)



Fachada da fábrica da Hengst em Joinville: será ampliada para elevar a capacidade produtiva em 30%
Fábrica de Joinville receberá R\$ 7 milhões para elevar volumes em 30%

A fabricante de **filtros automotivos Hengst** está ampliando sua capacidade produtiva no Brasil a fim de atender o aumento da demanda na indústria local, tanto para o mercado original (OEM) quanto para o mercado de reposição, inclusive da

América Latina. Sua matriz na Alemanha escolheu a filial brasileira para abastecer todos os mercados da região. Para isto, a empresa anuncia investimento de R\$ 7 milhões para elevar a capacidade produtiva de sua fábrica localizada em Joinville (SC), com obras a partir deste mês.

A unidade ganhará 2 mil metros quadrados de área construída e esta ampliação elevará sua capacidade produtiva em 30%, além de estender a área de estoque. A empresa estuda ainda a aquisição de um terreno ou galpão em São Paulo para alocar um centro de distribuição, região estratégica para o atendimento aos clientes.

O diretor presidente da Hengst na América Latina e CEO para o Brasil, Luiz Mirara, conta que os negócios cresceram 25% em 2018, para R\$ 100 milhões, e que a expectativa é crescer mais 20% este ano. Os negócios são bem divididos entre OEM e aftermarket, com 50% de participação cada.

Cerca de 80% dos produtos que a empresa já fornece para clientes no mercado sul-americano – Mercedes-Benz, VWCO/MAN, Volkswagen e General Motors – são feitos no Brasil. Os demais 20% são importados da Alemanha, para onde a fábrica brasileira também exporta, além do Leste Europeu.

O executivo informa que há uma integração global na operação: “Continuaremos importando: no total, o portfólio de produtos do Grupo Hengst tem mais de cinco mil itens, parte produzida no Brasil e outra parte feita em outras filiais da Hengst no mundo.”

Mirara também revela que a empresa já desenvolve sua atuação para o mercado brasileiro de filtros industriais: “No momento, a produção no Brasil é 100% focada no mercado automotivo. O setor automotivo continua trazendo desafios e grandes oportunidades para nossa companhia, mas, de forma paralela, já começamos a nos preparar para novas demandas no futuro, que é o caso do setor industrial.

As indústrias têm exigências técnicas cada vez maiores e precisam de filtros de alta qualidade e performance para garantir longa vida útil às máquinas. Certamente, a unidade tem futuro certo na produção local de filtros para o setor industrial, o que deverá acontecer de forma paralela às atividades atuais”, finaliza.

Para reforçar sua atuação também neste mercado, a Hengst comprou nos últimos três anos as operações de duas empresas especializadas no segmento de filtros industriais, a dinamarquesa Nordic Air Filtration e a alemã Delbag.

Petrobras mantém sem alteração preço médio da gasolina nas refinarias

13/02/2019 – Fonte: DCI

A Petrobras manteve sem alteração o preço médio do litro da gasolina A sem tributo nas refinarias, válido para esta quinta-feira, dia 14, em R\$ 1,5232. Além disso, a estatal manteve o preço do diesel, em R\$ 2,0005, conforme tabela disponível no site da empresa.

Em dezembro, a Petrobras anunciou um mecanismo de proteção complementar em que a empresa pode alterar a frequência dos reajustes diários do preço do diesel no mercado interno em momento de elevada volatilidade, podendo mantê-lo estável por curtos períodos de tempo de até sete dias, "conciliando seus interesses empresariais com as demandas de seus clientes e agentes de mercado em geral".

Já o hedge da gasolina, que passou a ser adotado em setembro passado, permite manter os valores estáveis nas refinarias por até 15 dias.

Efeito Vale põe em risco 14% da produção de ferro do país

13/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 12-02-2019)

Analistas alertam para restrições ao setor após tragédia de Brumadinho

Especialistas preveem que produtores globais de minério de ferro terão dificuldades para suprir os cortes de produção no Brasil após o desastre em Brumadinho (MG), o que deve manter a pressão sobre os preços no mercado mundial.

Para a Vale, os cortes podem representar redução de até US\$ 1,2 bilhão (cerca de R\$ 4,4 bilhões) em sua geração de caixa, segundo estimativa do banco BTG.

Até agora, a mineradora suspendeu operações que produziam 51 milhões de toneladas por ano, o equivalente a cerca de 10% da produção brasileira.

Analistas consideram a possibilidade de novos cortes a partir de medidas restritivas do governo sobre minas com a mesma tecnologia da de Brumadinho —cujo rompimento deixou, até o momento, 165 mortos e 160 desaparecidos.

Cícero Machado, analista principal para minério de ferro e aço da consultoria Wood Mackenzie, diz que o corte pode chegar a 70 milhões de toneladas, ou 14% da produção brasileira, considerando a suspensão das atividades em barragens da Vale que usam a técnica de alteamento a montante, a mesma adotada em Mariana e Brumadinho.

Ele vê ainda a possibilidade de a ANM (Agência Nacional de Mineração) banir as operações em empreendimentos do tipo --o maior corte de produção hoje é da mina de Brucutu, principal operação da Vale em Minas Gerais, que foi determinada pela Justiça.

"São 50 milhões de toneladas por ano de todo o portfólio da Vale que saem do mercado transoceânico", diz Machado.

Se a ANM decidir banir barragens do tipo, outros produtores no país poderão ser parcialmente afetados, como CSN, Gerdau e Usiminas, estima o analista.

"Isso dá força para que os preços, atualmente na faixa de US\$ 90 [R\$ 334] por tonelada, subam para a faixa de US\$ 100 [R\$ 370] a US\$ 105 [R\$ 390] por tonelada", avalia.

Na semana passada, os preços internacionais chegaram a testar a faixa dos US\$ 100 pela primeira vez desde 2014.

De acordo com Machado, as principais rivais da mineradora brasileira, a anglo-australiana BHP Billiton e as australianas FMG e Rio Tinto, não têm capacidade para suprir a lacuna deixada pela mineradora brasileira ou de fornecer o minério com o mesmo teor de ferro da brasileira, com índice entre 65% e 70% e que tem alta demanda de siderúrgicas chinesas.

"Quanto mais perda de produção a Vale experimentar neste ano, mais difícil será para outros produtores conseguirem compensar a falta. E mais alto os preços do minério vão", concorda Hui Shan, estrategista sênior de commodities do Goldman Sachs.

Shan estima que a Vale perderá 30 milhões de toneladas neste ano e que o preço do minério terá uma média de US\$ 73 (R\$ 271) por tonelada.

A empresa já informou que compensará parte das perdas com aumento da produção em outras minas, mas declarou força maior em contratos da mina de Brucutu, em um sinal de que vê dificuldades para substituir todo o volume.

"O impacto de mais longo prazo, em contratos de fornecimento e disponibilidade, ainda precisa ser visto, e os mercados estão tentando entender as mudanças esperadas em embarques e preços", afirma Hector Foster, analista de metais e materiais brutos da S&P Global Platts.

Machado tem a avaliação de que a Vale poderia ampliar em até 15 milhões de toneladas por ano a produção na mina S11D, o mais novo projeto da companhia, no Pará. E que outros 5 milhões de toneladas poderiam vir do Sistema Sul Sudeste, que compreende as operações de Minas Gerais.

Mas a qualidade do minério que pode ser colocado no mercado é outra incógnita.

"A China tem buscado minério de ferro de mais alto teor, para aumentar a produtividade dentro do seu sistema. As australianas não têm o produto com qualidade superior como a Vale tem", diz o analista da Wood Mackenzie.

Em entrevista nesta terça-feira (12), o diretor de Finanças e Relações com Investidores da Vale, Luciano Siani, evitou comentários sobre o corte na produção, alegando que a prioridade é a reparação dos danos e o conforto a famílias.

"Nós tomamos a decisão de paralisar as operações próximas a barragens com alteamento a montante", disse ele.

A companhia questiona a decisão judicial de paralisar a barragem de Jangada, que levou à suspensão das operações de Brucutu, alegando que se trata de estrutura com método convencional.

Ainda de acordo com o BTG, caso os cortes de produção durem apenas três meses, a cifra cai para US\$ 300 milhões (R\$ 1,1 bilhão). A conta considera o minério de ferro a US\$ 70 (R\$ 260) por tonelada.

Mesmo que consiga ampliar a produção, a Vale o fará com minério menos competitivo e enfrentará aumento de custos, dizem analistas do UBS. Eles estimam alta entre US\$ 2 (R\$ 7,5) e US\$ 3 (R\$ 11,3) por tonelada.